

Ernesto Constantino^{*†}

Jovens Empreendedores e Inovadores da África como Âncora para a Concretização da “Mágica” Zona de Comércio Livre Continental Africano (AfCFTA)

RESUMO

A partir do acordo que, em 2018, criou a AfCFTA, o texto procura desenvolver uma reflexão histórica sobre o processo de formação da África como uma unidade política e comercial. Destacando momentos centrais, dificuldades e desafios, o artigo concentra-se na constituição da AfCFTA como expressão da Agenda 2063, concluindo que uma integração efectiva não passa apenas por ementos técnicos, mas também e principalmente através de uma vontade política explícita a que os vários Estados africanos deveriam aderir.

Palavras-chave: Integração continental; Livre comércio; África unida; Muntu Africano.

ABSTRACT

Building on the 2018 agreement that established the AfCFTA, this article seeks to provide a historical analysis of the process by which Africa has emerged as a political and commercial entity. Highlighting key moments, difficulties, and challenges, the article focuses on the establishment of the AfCFTA as an expression of Agenda 2063, concluding that effective integration depends not only on technical elements but also, and primarily, on an explicit political will to which the various African states should adhere.

Keywords: Continental integration; Free trade; United Africa; Muntu Africano.

1. Introdução

O presente ensaio emerge no âmbito do prosseguimento da agenda 2063, mas sobretudo da aprovação em 2018 do acordo que cria a Zona de Comércio Livre Continental Africano (AfCFTA). A AfCFTA é uma iniciativa emblemática da União Africana (UA) inserida na agenda 2063, com o objectivo de estabelecer um mercado continental único para mercadorias e serviços, com um quadro de apoio ao investimento, direitos de propriedade intelectual e concorrência.

Como ponto de partida desta reflexão mobilizamos Celestino Mussomar (2021) por pensarmos ser um teórico autorizado para enriquecer o nosso debate. Mussomar releva um pensamento crítico a

volta da economia africana sem ética própria, mas invadida por preceitos e valores neoliberais causas da sua “morte”, um lugar onde a esperança fora substituída flagrante e abruptamente pela barbárie. Mussomar, chama atenção para a necessidade de deseconomizar e despauperizar o continente a fim de resgatar a essência e o primado da economia. O ensaio objectiva-se igualmente redimensionar a economia africana que sempre se mostrou pedra angular para o desenvolvimento de economias ocidentais e actualmente ovelha da gigante China, quando no interior dela notabiliza-se dissolução e desolação, facto que levou o sociólogo Camaronês Jean Mark Ela a questionar ironicamente “e se a África não existisse”? O autor afirma que o capitalismo neoliberal que ontologicamente é canibal é a causa primária actual da pauperização do africano. O africano no imaginário europeu é simples objecto e não sujeito da História, reduzido pela sua pigmentação a um condenado da terra, como teria definido Franz Fanon. Uma crítica do capitalismo em África é fundamental para reconstruir uma economia que seja sustentável para o continente. Para a nossa reflexão levanta-se a seguinte pergunta: Como tornar possível a concretização da “Mágica” Zona de Comércio Livre Continental Africano em uma Realidade, sendo que a África se posiciona como um mercado periférico que mais consome em detrimento de produzir? Para a materialização desta reflexão usamos o método teórico-crítico, por nos habilitar a compreender os processos históricos e as relações de poder norteadores da criação do acordo e encontrar perspectivas a partir do interior da própria África.

O continente africano, visando alcançar o disposto na agenda 2063, aprovou em 2018 o acordo que cria a Zona de Comércio Livre Continental Africano (AfCFTA), que tinha como objectivo estabelecer um mercado comum entre os Estados africanos, onde o livre comércio esteja presente. A AfCFTA representa uma grande oportunidade para os países africanos ultrapassarem vários problemas relacionados com o desenvolvimento, que assolam grande parte da população, sobretudo jovens.

Este ensaio defende a ideia segundo a qual, ainda que os jovens sejam proactivos, se as suas acções não acharem sensibilidade perante os *decision-makers* tornaria o processo de integração mais conturbado e distante da realidade. Dai que partimos do pressuposto de que a inclusão da juventude nas instituições da AfCFTA pode facilitar com que o clamor dos jovens empreendedores ache ouvidos no seio da organização, e se adoptem políticas ajustadas ao contexto dos jovens, sendo uma delas de incentivos e/ou bonificações aos empreendedores regionais de modo a efectivar a participação da juventude e torne o sonho da integração regional uma realidade.

2. Contextualização

A partir, sobretudo, da conferência de Berlim (1884/85) o *Muntu africano* (Boulaga, 1977), vem lutando pela cidadania e pelos seus direitos. Aliás, os processos de repensar a África e a africanidade iniciaram, nas diásporas negras americanas do século XIX, com pensadores panafricanistas como Delany, William Du Bois, Marcus Garvey que iam em busca da liberdade da opressão escravagista ou *post-escravagista*; e em paralelo, no continente africano, com a veemência dos principais líderes dos movimentos de libertação e intelectuais da época: Azikiwè, Nkrumah, Mondlane, Cabral, Nyerere (Ngoenha & Castiano, 2019; Ngoenha, 2004) que defendiam, inspirados na América, a ideia dos Estados Unidos de África. O que ansiavam era uma África independente, restituída à sua dignidade; uma África forte e unida, capaz de fazer face às vicissitudes do tempo, das circunstâncias e da história (Ngoenha & Castiano, 2019).

A ideia dos Estados Unidos de África foi, enquanto defesa da unidade e da independência do continente, a primeira reacção às divisões arbitrárias levadas a cabo pela *empresa colonial* sobre as terras e povos africanos. Esta ideia vai ser redefinida por Nkrumah no famoso livro “*Africa Must Unite*”. O autor defende a necessidade de se criar um continente com uma economia interna forte, em que os saberes e talentos dos seus povos confluíssem numa só direcção. Tratava-se também dum processo que, evitaria conflitos internos e de carácter étnico-tribal entre os africanos, como veio infelizmente a acontecer no “Biafra”, Ruanda, para não mencionarmos os conflitos que levaram à divisão do Sudão (Ngoenha & Castiano, 2019).

A expressão fanoniana de “os condenados da terra” hoje, faz sentido, mas a partir do comportamento dos líderes africanos que de forma pernicioso e fatídica prolongam a nossa “grande culpa”, por aceitarem deliberadamente continuarem a ser ovelhas do pastor Ocidente e mais recentemente da China. Exumar Nkrumah hoje, na sua profecia “União africana já antes que os corruptos ascendam ao poder” tem todo o simbolismo, pois no momento em que os jovens africanos morrem numa tentativa de libertar o continente da prolongada noite, as nossas lideranças continuam em hosanas e obediências cegas, perecendo a África no sentido da expressão de Nkrumah “Unamo-nos ou pereceremos”, por culpa própria, pois alcançamos o abismo da liberdade diante de nós. Atesta Ngoenha (2026), a verdadeira angustia africana contemporânea talvez resida no facto desta: saber, compreender, reconhecer os mecanismos da dominação e, apesar disso, continuar a caminhar voluntariamente para

eles.

3. Quadro teórico-conceitual

Incidentemente, desde as discussões de Adam Smith em “A Riqueza das Nações” de 1776 sobre o papel da especialização e da extensão dos mercados, passando pelos debates sobre o processo de substituição de importações, até os recentes trabalhos que abordam o papel dos retornos crescentes e do progresso técnico endógeno, o argumento de que o comércio tem papel decisivo na determinação do desenvolvimento econômico vem sendo explorado desde o surgimento da ciência econômica. No caso clássico de Smith (1776) e Ricardo (1817), os países precisam orientar-se pelas vantagens comparativas, ou seja, devem intensificar o processo de especialização para atingir níveis de renda e consumo mais elevados. As abordagens modernas da relevância do comércio internacional apontam para o papel da transferência de novas tecnologias e ideias como fatores cruciais, contribuindo assim para o aumento nos níveis de produtividade. Ao encontro disso, existem muitos estudos empíricos que apontam para uma correlação positiva entre o comércio internacional e o desenvolvimento econômico, como poder ser visto em Sachs e Warner (1995) e em Frankel e Romer (1999) apud (Funck e Schönerwald: 2024).

Por sua vez, o papel das instituições foi enfatizado, primeiramente, nos trabalhos de Douglas North (1993, 1994abc). North considera que as instituições são as regras do jogo que a sociedade cria para si mesma e, quando possuem regras bem definidas e sob constante cuidado, reduzem significativamente os custos de transação, levando a resultados que são mais eficientes (NORTH, 1993, 1994b). Hall e Jones (1999) foram pioneiros na realização de estudos empíricos examinando o papel das instituições no desenvolvimento econômico. Diferentemente da geografia, o uso de instituições apresenta o problema de endogeneidade. Hall e Jones (1999) utilizaram a distribuição fracionada da linguagem como variável instrumental para instituições, concluindo que estas têm um papel considerável para a explicação do desenvolvimento econômico. Por seu turno, Rodrik *et al.* (2002) discute o papel das instituições no desenvolvimento econômico utilizando dados em corte transversal (*cross-section*). O autor constata que as instituições têm um impacto significativo sobre o desenvolvimento econômico, enquanto a geografia tem um impacto pequeno e a abertura comercial não tem efeito relevante. Essas conclusões também são apresentadas por Easterly e Levine (2002).

Ademais, a abordagem teórica também se baseia no Índice de Complexidade Econômica (ICE),

formulado por Ricardo Hausmann e Cesar Hidalgo, que consiste em um instrumento que mede a quantidade de conhecimento produtivo das economias por meio de um sistema de comparação da complexidade das capacidades tecnológicas e produtivas dos Estados. Assim, o desenvolvimento econômico de um país está associado com a complexificação da sua economia nacional (HAUSMANN *et al.*: 2013). Já o autor Dani Rodrik (2016) não apenas aponta a tendência de desindustrialização prematura da África, inclusive nos países mais pobres, como também aponta que “indústrias manufatureiras modernas convergem para a fronteira de produtividade global, independentemente das desvantagens geográficas, instituições ou más políticas” (RODRIK: 2016). Logo, a busca pela sofisticação da rede produtiva é claramente concretizada por uma industrialização rápida associada à acumulação de capacidades fundamentais, especialmente instituições e capital humano (RODRIK, 2016 apud (Funck e Schönerwald: 2024).

Para Joseph Ki-Zerbo (2009), em “Para quando a África?”, avança o argumento de que a formação da identidade da África constitui o caminho mais autêntico em direção à integração das nações africanas, firmando os pilares de uma real união africana, atesta Kwame Nkrumah, que havia prospectado nos anos 1960 (Nkrumah: 1963; Ki-Zerbo: 2009). Já Axelle Kabou defende a necessidade de novos modos de interpretar as concepções de desenvolvimento e de subdesenvolvimento por meio de instrumentos de análise que sejam propriamente africanos, e não resultado de conhecimentos acumulados em diferentes partes do mundo. Além disso, a autora camaronesa ressalta que é possível alcançar um patamar de prosperidade a partir de um desenvolvimento que atenda as demandas dos povos africanos e instrumentalize as suas peculiaridades. Kabou também identifica que a África cometeu um grave erro histórico ao abdicar de um projeto de complexos industriais regionais ou subregionais, que reduziram a dependência face às nações do Ocidente. Apesar do domínio de inovações tecnológicas no estado da arte por Estados que não são ocidentais, as lideranças africanas se conformaram em relegar à África à condição de continente menos próspero do planeta (Kabou: 2013). Ao encontro disso, Solival Menezes argumenta que as nações africanas, tendo em vista que os seus obstáculos possuem uma natureza interna, somente resolverão os seus desafios por meio de soluções que surjam do âmago de um pensamento africano verdadeiro.

Já Dambisa Moyo, uma economista zambiana, critica a dependência excessiva e a baixa eficiência da ajuda financeira estrangeira para os países africanos, tendo em vista que essa atividade raramente garante um processo de desenvolvimento sustentável que diminua permanentemente a pobreza na África (Menezes: 2000; Moyo: 2009).

Em “*How Europe underdeveloped Africa*” (1982), Walter Rodney vincula o estado de penúria da

população africana tanto ao colonialismo das potências da Europa, quanto à dificuldade das nações africanas de romperem a dependência com as suas antigas metrópoles, sendo a tarefa indispensável das lideranças africanas encerrar essa dependência. Por sua vez, Nkrumah defende que as barreiras alfandegárias entre as nações africanas podem ser eliminadas e critica os estados africanos que, ao invés de fortalecerem os vínculos com os seus países vizinhos, se aliam com as nações que aspiram a balcanizar o continente da África a partir de seus interesses neocoloniais. O pensador aponta que a ajuda financeira de projetos estrangeiros dificilmente atende à necessidade de implantação de indústrias nos países produtores de matérias-primas da África, que ainda possuem um significativo intervalo de produtividade entre a Europa e as nações africanas. Corroborando com o pensamento acima descrito, Gunnar Myrdal entende que, enquanto o comércio entre as nações altamente industrializadas pode ser mutuamente benéfico, uma consequência frequente de um fluxo comercial entre uma nação menos desenvolvida e um país avançado é que a parte mais fraca da relação passa a sofrer estagnação e empobrecimento (Nkrumah: 1963; Myrdal: 1972; Rodney: 1982).

Nkrumah (1963) apregoava que um mercado comum africano, voltado prioritariamente às demandas da África, promoveria a prosperidade dos Estados africanos, já que aumentaria a independência econômica e diminuiria as divisões entre e dentro das sociedades africanas. Esse mercado africano pressupõe uma política comum para o comércio exterior e para o mercado intra-africano, e um dos seus principais objetivos seria acabar com a competição entre países da África em produtos primários e matérias-primas e coordenar uma política de preços que acumule recursos para o fomento da industrialização. Portanto, uma união africana é uma pré-condição imprescindível para um desenvolvimento mais rápido e pleno da África. O avanço da ciência, de novas inovações tecnológicas e de sucessivas melhorias na produtividade a partir de um espaço comum caracterizado por grandes extensões territoriais, diversidade de recursos naturais e populações massivas, é o caminho mais eficiente para um processo de industrialização. Oliver Cox argumenta que, dentre as nações subdesenvolvidas na década de 1950, somente a União Soviética, a China e talvez a Indonésia detinham os recursos materiais e populacionais para economias bem-sucedidas, já que os recursos de nações individuais na África, na Ásia e na América do Sul são muito limitados. Como consequência disso, há uma tendência clara na segunda metade do século XX de um regionalismo baseado na identificação cultural e cooperação econômica (Cox: 1959; Nkrumah: 1963). Seguindo os argumentos complementares de Nkrumah, Cox e Myrdal, pode-se dizer que uma união das economias africanas, combinada com políticas de fomento industrial e tecnológico, possui o potencial de garantir os recursos materiais e populacionais necessários para um processo sustentável de desenvolvimento e

industrialização.

4. Como re-significar a África?

Iniciamos a nossa reflexão exumando K-izerbo para este banquete de renascer africano. Digamos sim ao modernismo técnico, mas sobretudo, sim à personalidade africana. Sim a ciência universal, mas sim, também à consciência africana (Ki-Zerbo: 2002), quer dizer, homem africano despauperizado no sentido do pensamento do Mveng. Ademais, mobilizamos Mussomar (2021), para este a *grande culpa* (dívida) de África está assente no neoliberalismo, na qual o continente encontra-se mergulhado desde as ditas independências, como causa primeira de desestruturação do ser do africano, e, segundo Mveng, a causa da destruição dos velhos valores da nossa estrutura económico-cultural. Por isso, a pobreza estrutural e endémica no Continente berço da humanidade.

Depois da II Grande Guerra, o capitalismo conheceu a sua idade de ouro com aplicação de teorias keynesianas de *welfare state*, e, na década de 1960, desenvolveu-se aquilo que se chama “pensamento do realismo capitalista”, cuja tese principal é a de pensar que o capitalismo se tornou uma realidade inevitável. Em 1971, com a tese neoliberalista de Margaret Thatcher, o chamado *thatcherismo* ou *teoria Tina*, e com a tese neoliberal de Reagan, com o *slogan* “*There Is Not Alternative*”, o realismo capitalista conheceu o seu apogeu. O neoliberalismo vencia assim o horizonte cultural da nossa sociedade moderna e a especulação tornava-se, então, o centro da economia, até chegar ao relativismo axiológico, à custa de defender a economia capitalista, relativizando a vida (Mussomar: 2021). Os pagam o preço deste capitalismo selvagem e homicida são os pobres e a mãe terra com problemas ecológicos.

Como ponto de partida para um redimensionar a África, sugere-se uma economia de gratuidade ou personalista, assente nos valores e raízes da cultura africana, é a alternativa contra o neoliberalismo em África, porque configura-se como uma economia sem cultura ética. Portanto a economia é um facto cultural, quer dizer, não existe racionalização e auto-suficiência da economia que possa reduzir-se a fatalismo. Para Ki-Zerbo (2008), o desenvolvimento integral de África tem como condição *sine qua non* a “chave na cabeça”. A “chave na cabeça” para o autor é a cultura culta, que tem como antropologia filosófica o homem como relação (*Ubuntu*). Por cultura, Ki-Zerbo entende “um conjunto de meios de trabalho, isto é, de valores, de ideias, de técnicas, pelos quais o homem modificou a natureza que constitui o seu meio”.

Paradoxalmente a ideia de *chave* acima descrita Mussomar (2021), retoma o conceito mais numa outra perspectiva. Para o autor a África é um “Continente sem Chaves”, ou seja, sem instituições ou com instituições fracas, apesar do sacrifício deleitado por nacionalistas e intelectuais da época. Ora, dizer que o continente africano é sem chaves, é o mesmo que afirmar que o continente não tem instituições. Qualquer um entra e sai a seu belo prazer, pilha as riquezas sem justificação. Não é que não existam instituições, mas estas são fracas, ou seja cadáveres ambulantes.

Um dos grandes pecados mortais de África, assenta-se no facto do continente produzir o que não consome e consumir o que não produz (A. Mazrui), é preciso reverter esta condição como matriz para sair da grande culpa e, para tal, requer um pensamento endógeno integral (Ki-Zerbo), único e capaz de alimentar uma esperança. Ademais, sob ponto de vista económico, os Estados africanos deveriam pensar num proteccionismo estratégico, uma forma necessária de a África se impor à decisão de vender a sua matéria-prima a esta ou aquela nação extra-africana, com condicionalismos próprios e sem aceitar imposições alheias a ela. Hoje, com um mercado livre, um proteccionismo estratégico dos Estados Africanos Unidos poderia ser a solução para a complexidade da economia africana. Esta fórmula representa a esperança da defesa do mercado interno africano (Mussomar: 2021).

Para África melhorar a sua economia, urge abandonar a ética individualista ocidental e abraçar o *ethos* do *Ubuntu* e, assim, perspectivar uma economia inclusiva. Para o efeito, é necessário criar políticas de inclusão, activando amortecedores multisectoriais sociais capazes de promover um desenvolvimento inclusivo que se reflecte na promoção de uma economia inclusiva. O continente africano tem potencialidades para sair da grande culpa (dívida) e a *conditio sine qua non* para tal é o *ubuntu*, ou seja, um modelo ético africano para uma arquitectura económica contextual, partindo da biosfera e biosofia africana. O *ubuntu* reflecte as exigências históricas, culturais e sociais dos povos africanos. A via económica africana é ubuntuísta, mas, para isso, urge descolonizar e deseconomizar o imaginário dos africanos, através de um processo de “despauperização antropológica”. Quer significar, pensar uma economia que corresponda as exigências africanas.

Dianggitukwa (2016), defende ser primordial a criação de um imperativo categórico em vista a criação de uma nova África que corresponda aos africanos, porque, a actual África é fruto da Conferência de Berlim de 1884-1885. A actual África foi pensada, planificada e mantida para

facilitar a exploração de recursos naturais, mesmo depois das ditas independências africanas. O continente africano ainda não é a imagem e semelhança dos africanos. É imagem e semelhança dos colonizadores. Uma vez que a África se encontra bloqueada na sua base epistemológica, os seus estudiosos sofrem com uma análise dualista, própria da epistemologia eurocêntrica ocidental.

Nesta perspectiva, uma epistemologia africana seria a que aponta para a necessidade de controlo da natureza e da realidade com base em pressupostos africanos. Uma economia africana deve ser uma filosofia económica ao serviço do africano e do mundo. Urge uma *metanoia* ou conversão dos estudiosos africanos para pensarem uma neocultura e economia africanas, no lugar da querela dialéctica da epistemologia ocidental que discute em torno do impasse entre a modernidade e a tradição.

A economia africana depois das ditas independências não demonstrou sua autonomia, quer dizer, ficou refém do ocidente, ao que Nkrumah chamou de neocolonialismo. É factual a intenção neocolonial das metrópoles, a de manter as colónias através de um domínio indirecto, ou seja, uma nova forma de colonização económica, assim, a África serve como fonte industrial extractiva para a indústria transformadora ocidental. Daí, a importância em industrializar a África, de tornar a sua indústria transformadora e de provisão de bens e serviços, mais ainda, criar um mercado interno sólido e único, e, possivelmente, com uma moeda única *Afro* (Mussomar: 2021).

Actualmente, o que sucede na relação entre o ocidente e a África é uma espécie de “*morte tuam vita mea*”. De facto, a morte de África é a vida do ocidente, dentro de uma hipocrisia filantrópica, mascarada de caridade, missionação empobrecedora da África. A África foi violada no seu imaginário. Desde a década de 1960, a economia africana continua na sua maioria sem indústria transformadora, de consumo e de bens e serviços. Esta ficou desindustrializada, facto que faz com que importe matéria transformada no estrangeiro, o que aumenta o seu custo de aquisição. Existe o custo de importação, o que cria dificuldades no poder de aquisição dos bens já transformados por parte dos africanos. Dai que urge em primeiro a industrialização, acelerando a maximização da transformação local da matéria-prima, facto que vai catapultar a economia da indústria extractiva, a indústria transformadora e, finalmente, a indústria de bens e serviço, associada a uma salutar activação da política fiscal. Industrializar quer dizer criar um mercado interno sólido que possa promover a balança africana a ser positiva na produção de riquezas e com uma capacidade multisectorial e inter-sectorial.

Efectivamente, Mussomar (2021), a África deve sair do senso único económico, ou seja, deixar de ter indústrias extractivas como pilar da sua economia. A África é rica em matéria-prima, mas enquanto continuar a depender do estrangeiro, o paradoxo rico em matéria-prima e pobre economicamente continuará dentro de um eterno retorno ou ciclo vicioso, onde os africanos continuarão vítimas, vulneráveis, e serão inculcados de um sentimento de eterna culpa. A África necessita, por isso, de diminuir a dependência do estrangeiro, partindo, desta feita, de uma economia intra-africana. O espírito de domínio ocidental e falta de vontade das elites africanas impede a África de sair da grande culpa.

Em guisa conclusiva, somos crentes de que a exclusão social, económica e política pode contribuir para o enfraquecimento da unidade nacional e das instituições do Estado (Zorgbibe, 1975). A ausência de um pacto social estável e viável para a construção duma identidade nacional africana hoje cria fissuras que depois retroalimentam guerras étnicas e civis. A multiplicação destas guerras locais e de baixa intensidade, como aconteceu no Senegal (conflito Casamance), no Sudão, no Mali, na Líbia, na Libéria, em Angola e Moçambique, na Somália, na Nigéria, Mauritânia e Níger, comprova que os antigos conflitos entre africanos deixaram suas sequelas que a independência dos países não conseguiu ultrapassar (Cordellier et al, 1995).

5. Criação da AfCFTA e a Concretização da agenda 2063

Para Ngoenha (2004), os problemas da humanidade variam consoante os tempos. Este pensador faz uma apresentação cronológica dos problemas que mais marcaram a humanidade desde o século XVIII até a actualidade. Para Ngoenha, no século XVIII, estava em causa a noção de liberdade, um século depois foi a vez da igualdade, no século XX suscitou os principais debates o conceito de revolução e na II metade do mesmo século toma campo a noção de justiça. Para este autor, provavelmente, para os tempos subsequentes, o que tomaria espaço fosse a noção de supranacionalidade (ONU, UA, SADC).

A Comissão da União Africana (AUC: 2020) identificou as decisões que foram cruciais para o avanço da agenda da integração continental que antecedeu a fundação da AfCFTA em 2018. As Resoluções e Declarações de Argel de 1968 e de Addis Abeba de 1970 e 1973 admitiram a integração económica da África como um pré-requisito para a concretização da Organização da Unidade Africana (OUA) (AUC: 2020). Além disso, o Plano de Ação de Lagos para o

Desenvolvimento Económico da África (1980-2000) e o Tratado de Abuja, em 1991, que criou a Comunidade Económica Africana, se destacam por delinear a integração do continente africano por meio de planos de ação. Aponta-se que a efetivação dos estágios traçados no Tratado de Abuja em torno de seus prazos robustece o ímpeto para o prosseguimento das medidas da AfCFTA. De acordo com a Comissão da União Africana, três medidas realizadas no século XXI reforçaram o objetivo da integração económica e política panafricana. A transformação da OUA na União Africana (UA) em 2001, somada à decisão de acelerar a formação da Área de Comércio Continental Africana em 2012 e à adoção da Agenda 2063 em 2015, contribuiu determinadamente para a formação de um acordo de livre-comércio na África (AUC: 2020).

A União Africana (UA) estabeleceu por meio da agenda 2063 as aspirações que se tem para com os países do continente até essa altura. Essas aspirações têm que ver com a ideia de uma África próspera, baseada no crescimento inclusivo e de desenvolvimento sustentável, onde (i) a África se posiciona como um continente de prosperidade, que tenha os meios e recursos para impulsionar o seu próprio desenvolvimento e (ii) onde os jovens africanos contribuam de forma significativa para a inovação e o empreendedorismo.

Num contexto em que já existiam organizações de integração regional, que tem como objectivo dinamizar o desenvolvimento económico dos Estados integrantes, ainda prevaleciam dificuldades em promover o comércio intra-regional. Foi neste contexto que em Março de 2018, em Kigale, os Estadistas africanos estabeleceram o Acordo que cria a Zona de Comércio Livre Continental Africana (AfCFTA), que tem como um dos objectivos, criar um mercado único de mercadorias e serviços, facilitado pela circulação de pessoas, a fim de aprofundar a integração económica do continente africano e de acordo com a Visão Pan-Africana de “uma África Pacífica, Próspera e Integrada” na Agenda 2063; promover e alcançar um desenvolvimento socioeconómico sustentável e inclusivo (Art nº 3, AfCFTA).

O acordo da AfCFTA representa uma oportunidade extraordinária para os países africanos estimularem o crescimento, reduzirem a pobreza e alargarem a inclusão económica. Reputa-se que o acordo irá criar a maior zona de comércio livre do mundo, medida pelo número de países integrantes. O pacto estabelece a ligação entre 1 300 milhões de pessoas em 55 países com um valor combinado do Produto Interno Bruto (PIB) de USD 3,4 biliões, com potencialidade para retirar 30 milhões de pessoas da pobreza extrema, mas a consecução do seu potencial plena irá

depender da adopção de reformas e políticas de medidas de facilitação de comércio significativas.

6. A Necessidade da Participação dos Jovens nas Instituições da AfCFTA

A África é o terceiro maior continente do mundo em extensão, com cerca de 30.221.532Km² (equivalente a 20,3% de extensão do território planetário. Para o ano 2050, projecta-se que a África tenha um quarto (25%) da população mundial, ou seja, o continente poderá quase duplicar a sua população de 1.5 mil milhões em 2023 para 2.5mil milhões em 2025 (ONU, 2019). A curva de crescimento populacional do continente será duas vezes mais rápida que a registada no Sul da Ásia e quase 3 vezes mais do que a da América Latina (CEPAL, 2018), perespectiva se ainda em 2050, que a taxa da população urbana cresça, chegando a 59.9%, e que a população africana seja predominantemente jovem (com idade media de 23.9 anos de idade), diferentemente do resto do mundo, onde ritmo de envelhecimento da sua população será consideravelmente maior (Ussivane e Júlio, 2024).

O continente africano é composto por uma população maioritariamente jovem, contudo, a presença da juventude nos principais espaços de poder – político e económico – ainda aquém das expectativas. Situação que colocam muitos jovens a margem dos processos de desenvolvimento económico do continente, permanecendo em uma situação de marginalização resultante de políticas sociais e económicas desajustadas que “reduzem a capacidade de os jovens se tornarem cidadãos “responsáveis” e independentes” (Honwana, 2014: 399).

E partindo do pressuposto de que o AfCFTA é uma política estratégica de desenvolvimento para a superação dos vários obstáculos de integração económica a nível do continente, a inclusão da juventude nas principais instituições reguladoras deste organismo constitui peça fundamental para que a inclusão dos jovens empreendedores seja plena e efectiva. A inclusão destes, traria benefícios em duas (2) dimensões. A primeira dimensão tem que ver com a adopção de políticas de inovadoras e empreendedoras ajustadas para com a época em que vivem. Num mundo das *startups*, é mais do que urgente a criação de um ambiente fértil para a emergência de ideias inovadoras, que para além da prática do empreendedorismo por necessidade, possibilite a prática do empreendedorismo por oportunidade, de modo a responder as necessidades do continente a fim de promover o comércio entre os Estados africanos e assim criar mercados regionais.

A segunda dimensão tem que ver com a facilidade dos jovens em mobilizarem-se para consigo mesmo nos vários processos de integração. Os jovens empreendedores na actualidade, dispõe de várias ferramentas (as redes sociais como o facebook, twitter, whatsapp, entre outras) que facilitam o engajamento destes em actividades produtivas. Estando posicionados no quadro institucional da AfCFTA, tornariam esta organização capaz de interagir com os jovens de forma mais dinâmica e ajustada ao contexto em que os empreendedores operam, por um lado. Por outro lado, tornaria esses espaços – institucionais – abertos a debates de facilitação de políticas e promoção de incentivos para os empreendedores regionais, visto que o quadro actual carece de uma melhor resposta das instituições que se ajusta a condição dos jovens.

Retomamos a celebre frase de Franz Fanon, fonte do chamamento da juventude como força motriz para que a África desfrute do “seu próprio sol” coberto por pastores do Ocidente e da China (termo emprestado de Diógenes). Fanon, ensina-nos que “cada geração, dentro de uma relativa opacidade, deve descobrir sua missão, cumpri-la ou traí-la”. Vislumbra-se no contexto de África que a juventude está decidida a divorciar-se dos eternos pastores, dos que se comportam como “Messias” do mundo e impor-se contra novas formas de dependência, ou se quisermos, novas formas de tutela. São os jovens africanos a denunciarem a trindade Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial e Organização Mundial do Comércio, para que saiam da “frente do sol africano”, para erguer uma nova ordem económica africana baseada na sua própria biosofia, uma juventude africana que não encontra espelho numa elite dirigente fatigada, mas que procura uma linguagem radical, de soberania radical e ruptura radical, fundada numa pertença africana.

7. Considerações Finais

Em guisa conclusiva, terminamos por citar a premissa defendida pela teoria neo-funcionalista, segundo a qual, para que a integração seja efectiva, para além dos técnicos a participação do político é fundamental. Dai que a presença dos jovens na base institucional do AfCFTA é mais do que necessária se pretendemos ver um continente inclusivo e com a integração plena, visto que eles são sensíveis para com os da sua época.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AUC (2020). *2020 African Integration Report*. Adis Abeba: UA. <https://au.int/pt/node/40070>
- BOULAGA, F.E. (1977). *La Crise du Muntu: Authenticité africaine et philosophie*. Paris: Présence Africaine
- CEPAL (2018). *Observatorio Demografica de América Latina y el Caribe*. <https://www.cepal.org/en/publications/44411-observatorio-demografico-america-latina-caribe-2018-migracion-internacional>
- CORDELLIER, S. et alii (1955). *Nations et Nationalismes*. Paris: Éditions La Découverte
- DIANGGITUKWA, F. (2016). *Pouvoir et clientélisme au Congo-Zaïre-RDC*. Paris: L'Harmattan
- HONWANA, A. (2014). Juventude, Waithood e protestos sociais em África. In: IESE (Org.). *Desafios para Moçambique 2014*. Maputo: IESE, pp. 399-412. https://www.iese.ac.mz/lib/publication/livros/des2014/IESE-Desafios2014_14_ProtSoc.pdf
- KI-ZERBO, J. (2008). *Histoire critique de l'Afrique*. Paris: Éditions d'Inis
- MUSSOMAR, C. (2021). *O Êxodo da grande culpa: Uma Crítica Filosófica à Economia Africana*. Maputo: Paulinas
- NGOENHA, S. (2004). *Os Tempos da Filosofia*. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane
- NGOENHA, S. & CASTIANO, J. (2019). *A Filosofia Africana das Indonformidades: Das Independências às Insubmissões*. Odivelas/Maputo: Edições Pedagogo
- ONU (2019). *Perspectivas da população mundial*. New York: ONU
- USSIVANE, I. & JÚLIO, T. (Orgs.) (2024). *Cartas sobre África: Afroperspectivismo Sociocultural, Económico, Ambiental e Político*. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane
- ZORGBIBE, C. (1975). *Les Relations Internationales*. Paris: PUF

*Ernesto Constantino, jovem investigador moçambicano, faleceu a 2 de Agosto de 2026 em Maputo. Este texto – que ele queria submeter à nossa revista – não passou pela revisão científica anónima usual, entretanto, devido à particularidade da situação, resolvemos publicá-lo, como testemunha da última produção intelectual dele.